



GT 59. Mobilidade dos Povos Indígenas: fronteiras, conflitos, diferenças e direitos

Coordenador(es):

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL - Universidade Federal de Pelotas)

Sessão 2 - Povos indígenas, arqueologia e violências

Debatedor/a: Priscila Lini (UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

O GT pretende reunir trabalhos de pesquisadores/as que tenham pesquisa sobre os novos contextos ou cenários de mobilidade dos povos indígenas, entre aldeias, entre fronteiras, ou mesmo para centros urbanos, realidades às vezes produzidas por deslocamentos forçados motivados por grandes empreendimentos, ou histórias de expulsão de seus territórios tradicionais e as tentativas de retorno na atualidade. Conforme dados do (IBGE - 2010) ao redor de um terço da população indígena vive em espaços urbanos, enquanto outra parte vive em áreas de conflito, em acampamentos em margem de rodovias, ou mesmo em áreas tituladas por particulares, na maioria dos casos, em contextos de extrema violência. A mobilidade indígena muitas vezes é forma de resistência a múltiplas formas de violências: territoriais, culturais, políticas, de gênero, dentre outras, às quais os levam a intensa movimentação política com novas posições frente a um Estado usurpador de direitos, ao mesmo tempo em que procuram ocupar novos espaços políticos, como universidades e agências do próprio governo. Assim, este GT pretende reunir pesquisadores/as com afinidade na temática indígena e áreas afins que tragam contribuição para esse debate.

Mobilizações transfronteiriças de indígenas Warao: Impactos do desenvolvimentismo moderno a vida indígena

Autoria: Elis Alberta Ribeiro dos Santos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar os aspectos que induziram às mobilizações transfronteiriças, protagonizadas por seiscentos e setenta pessoas indígenas, desde a região do Delta Amacuro, sudeste da Venezuela, para a cidade de Manaus, Estado do Amazonas, Brasil. A partir do estudo de caso etnográfico com indígenas da etnia Warao refugiados em dois abrigos e as dinâmicas de subsistência que desempenham no contato com a sociedade envolvente brasileira, pretende-se debater os fatores que justificam o cenário de mobilização em massa para esta localidade, considerando para isso: (1) o histórico de práticas de contaminação das águas e depredação dos territórios indígenas Venezuelanos (2) os processos de deslocamentos para regiões urbanas da Venezuela e posteriormente para o Brasil (3) as práticas de coleta e vendas de artesanatos realizadas predominantemente pelas mulheres, como relações de subsistência, estabelecidas na urbanidade manauara. Para tanto, ressaltos as contribuições da Etnologia indígena e de estudos pós-coloniais que possibilitam reflexões sobre os aspectos antropológicos e socioeconômicos, demonstrando as consequências de um projeto colonizador moderno europeu a vida indígena, e sobretudo, como os/as Warao atuam na (re)constituição e continuidade da sua identidade étnica.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameaçam a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: